

## Pobreza menstrual no ambiente escolar: reflexões a partir do Circuito de Ciências das Escolas Públicas do Distrito Federal

*Menstrual poverty in the school environment: reflections from the Science Circuit of Public Schools of the Distrito Federal*

Antonia Adriana Mota Arrais\*  
Maria Inês Vieira Marques\*\*  
Juscinete da Silva Abreu\*\*\*

Recebido em: 2 jul. 2023  
Aprovado em: 15 jul. 2023

**Resumo:** O objetivo geral da pesquisa foi investigar se e de que forma a pobreza menstrual estava arraigada na comunidade escolar e externa, e com isso promover intervenções pedagógicas na intenção de minimizar essa questão. A escola deve ser um local propício para essa discussão, bem como para a erradicação desse problema. Dessa forma, participaram da pesquisa, aproximadamente, 350 estudantes dos 8<sup>os</sup> e 9<sup>os</sup> anos do ensino fundamental. Para a consecução da proposta foram realizadas as seguintes etapas: a) Aula Expositiva Dialogada “Reprodução Humana; b) Entrevista com a comunidade; c) Roda de conversa sobre “Pobreza Menstrual”; d) Organização, no banheiro, de uma caixa com absorventes para a doação; e) Produção Artística e f) Participação no 11<sup>o</sup> Circuito de Ciências das Escolas Públicas do Distrito Federal. Os resultados encontrados evidenciaram que a proposta forneceu ancores para o desvelamento da temática, principalmente, para a construção de intervenções pautadas na ação-reflexão-ação, no qual as produções artísticas, com finalidade informativa, a organização do espaço para a doação de absorventes no banheiro e a participação, no 11<sup>o</sup> Circuito de Ciências das Escolas Públicas do Distrito Federal contribuíram para a promoção da dignidade menstrual.

**Palavras-chave:** Pobreza menstrual. Dignidade menstrual. Ambiente escolar.

**Abstract:** The general objective of the research implied promoting menstrual dignity through an action that was based on investigating whether and how menstrual poverty was ingrained in the school and external community, and thus to promote pedagogical interventions aimed at minimizing this issue. The school must be a propitious place for this discussion, as well as for the eradication of this problem. Thus, approximately 350 students from the 8th and 9th grades of elementary school participated in the research. In order to carry out the proposal, the following stages were carried out: a) Dialogued Lecture “Human Reproduction; b) Interview with the community; c) Conversation circle about “Menstrual Poverty”; d) Organization in the bathroom with a box with absorbents for donation; e) Artistic Production and f) Participation in the 11th Science Circuit of Public Schools in the Federal District. The results found showed that the proposal provided anchors for the unveiling of the theme, mainly for the construction of interventions based on action-reflection-action, in which artistic productions, with an informative purpose, the organization of space for the donation of sanitary napkins in the bathroom and participation in the 11th Circuit of Sciences of Public Schools in the Federal District contributed to the promotion of menstrual dignity.

**Keywords:** Menstrual poverty. Menstrual dignity. School environment.

\* Antonia Adriana Mota Arrais é doutora em Educação em Ciências (PPGEdu/UnB) (2021), mestre em Ensino de Ciências pela Universidade de Brasília (2016) e graduada em Ciências Naturais pela mesma instituição (2013). Atua como professora de Ciências Naturais na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Possui experiência na área de Ensino de Ciências, Ensino de Biologia e Educação Ambiental, com ênfase em linhas de pesquisa de educação científica e ensino-aprendizagem. Contato: unbantonia@gmail.com

\*\* Maria Inês Vieira Marques é licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Piauí e pós-graduada em Docência do Ensino Superior UFPI (2018). Atua como professora na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e possui experiência na área de Ensino de Ciências. Contato: inesmarquess10@gmail.com

\*\*\* Juscinete da Silva Abreu é licenciada em Artes pela Universidade Federal de Goiás. Atua como professora de Artes na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Contato: juscinete027@gmail.com

## Introdução

Pobreza ou precariedade menstrual é um problema vivenciado por milhares de pessoas que menstruam, no Brasil e no mundo. Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), estima-se que 12,5% da população sofre com essa situação. De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2021, p.5), “é recorrente o total desconhecimento do assunto ou, quando existe algum conhecimento, há a percepção de que este é um problema distante da realidade brasileira”.

Conforme destacam Lima *et al.* (2023), em um cenário no qual os índices da fome são alarmantes, os produtos de higiene menstrual tornaram-se artigos de luxo e, portanto, inacessíveis. Diante desta situação é comum a utilização de métodos inseguros para conter a menstruação, como papéis, tecidos usados, jornais e miolos de pão, práticas que podem contribuir para o surgimento de infecções e/ou doenças.

A falta de acesso ao saneamento básico, a itens de higiene e a protetores menstruais pode desencadear outra série de fatores que contribui para tornar este período danoso. Para Cisne e Santos (2018), crenças de todo o tipo permeiam o período menstrual e impactam fortemente na forma como as pessoas que menstruam lidam com este assunto, pois há um silenciamento enraizado sobre o tema, onde são ensinadas a terem vergonha e receio de comentar sobre o período com outros indivíduos. A menstruação ainda é um tabu que permeia, na sociedade, desde os tempos primórdios até os dias atuais. Em decorrência desses tabus, a precariedade menstrual não é vista como uma questão de saúde pública, fazendo com que muitas mulheres que menstruam não tenham as condições necessárias para passar por este período com o mínimo de dignidade (GUITARRARA, 2021).

Por se tratar de um tema pertinente e recorrente, que reflete diretamente na problemática da desigualdade social e de gênero, merece ser discutido em diversas esferas sociais, dentre elas, no meio escolar. Dessa forma, a escola possui um papel imprescindível na educação menstrual, pois favorece a compreensão da fisiologia humana, permite romper tabus por meio de atividades dialógicas, ressalta a importância do autocuidado menstrual, e reforça a questão da dignidade menstrual em ter acesso a itens básicos de higiene durante este período. Neste contexto, combater a precariedade menstrual é a única maneira de caminhar na direção da igualdade, seja ela de gênero ou social. Com a missão de quebrar o silêncio, gerar mais conhecimento, aumentar a consciência e mudar as normas sociais negativas, que o dia 28 de maio foi instituído pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como o Dia Internacional da Higiene ou Dignidade Menstrual (CARVALHO, 2018).

Uma pesquisa feita pelo Ensino Social Profissionalizante (ESPRO), em parceria com a Inciclo, marca de insumos menstruais, aponta que uma a cada cinco jovens já deixou de frequentar a escola por falta de itens de higiene como absorventes e insumos íntimos, ao menos 20% de jovens de 14 a 24 anos já deixaram de ir à escola por não possuírem absorventes (BASÍLIO, 2022).

No Brasil, cerca de 30% da população menstrua atualmente, ou seja, o equivalente a 60 milhões de pessoas. Destas, 1,5 milhão vivem em residências sem banheiro e 17% dessas pessoas não possuem acesso à rede geral de distribuição de água. A falta de acesso à água tratada e a condições adequadas de saneamento básico são fatores que contribuem para a disseminação de doenças e aumentam os desafios relacionados à pobreza menstrual. A ausência de água limpa e de sistemas eficientes de coleta e tratamento de esgoto dificultam ainda mais a manutenção da higiene menstrual. O acesso regular e seguro à água tratada, assim como a coleta e o tratamento adequado de esgoto são fundamentais para garantir a saúde e o bem-estar das mulheres, incluindo o manejo adequado da menstruação (UNICEF, 2021).

Esses números alarmantes demonstram a gravidade da situação e a necessidade urgente de ações para combater a pobreza menstrual (LIVRE PARA MENSTRUAR, 2021). O impacto direto na educação de jovens é evidente, já que a falta de acesso a produtos de higiene menstrual adequados pode resultar em ausências frequentes e dificuldades de concentração durante este período. Isso compromete o seu desempenho acadêmico e limita suas oportunidades futuras.

Diante dessa realidade, essa problemática também permeia a escola pública em questão, contexto da presente pesquisa, uma vez que, devido à procura da gestão escolar e das professoras para a doação de absorventes durante o período menstrual, notou-se que, possivelmente, estudantes poderiam estar passando por escassez de acesso a itens básicos de higiene.

Assim, o objetivo geral da pesquisa implicou, por meio de um projeto, investigar se e de que forma a pobreza menstrual estava arraigada na comunidade escolar e externa, e com isso promover intervenções pedagógicas na intenção de minimizar essa questão social e de saúde. Tal projeto foi apresentado no 11º Circuito de Ciências das Escolas Públicas do Distrito Federal em 2022, uma importante política pública de incentivo à divulgação e à produção da ciência em caráter crítico, criativo e inovador.

## Caminho metodológico

A presente pesquisa é de caráter qualitativo, uma vez que “visa, sobretudo, gerar um conhecimento mais

aprofundado de um fenômeno, as dimensões complexas de um problema ou tema, envolvendo um número restrito de participantes" [...] (BARBATO, 2008, p. 16). Quanto aos procedimentos, se enquadra em um estudo de caso (YIN, 2015).

Participaram do estudo aproximadamente 350 estudantes dos 8<sup>os</sup> e 9<sup>os</sup> anos do ensino fundamental, anos finais, com idade entre 13 e 16 anos.

Para a consecução do projeto interventivo foram realizadas as seguintes etapas:

- a.** Aula Expositiva Dialogada com o auxílio de *slides* sobre "Reprodução Humana": momento focado nas transformações físicas, comportamentais e psicológicas que ocorrem na adolescência, bem como a anatomia e a fisiologia do corpo humano;
- b.** Entrevista com a Comunidade: no qual os estudantes investigaram a realidade do acesso à saúde menstrual, por meio do diálogo, com pessoas do entorno. As questões versaram em compreender: "O que você entende por pobreza menstrual?"; "Durante o processo menstrual você tem acesso a itens de higiene?"; "Em algum período você teve dificuldade em ter acesso a produtos de higiene?"; "Quanto você gasta, mensalmente, com itens de higiene direcionados para este período?" e "Você acredita que estes itens básicos de higiene são importantes para a saúde?";
- c.** Roda de Conversa sobre "Pobreza Menstrual": discussão direcionada para enfatizar a menstruação como processo natural do corpo humano e refletir como a falta de acesso a itens básicos de saúde durante esse período acarreta aumento da desigualdade de gênero;
- d.** Intervenção Pedagógica: por meio das discussões e dos dados obtidos com a entrevista, os discentes sugeriram a organização, no banheiro, de uma caixa com absorventes para a doação, com o objetivo de arrecadar esses itens para buscar a redução da pobreza menstrual na instituição de ensino;
- e.** Produção Artística: foram elaboradas histórias em quadrinhos, mosaicos, podcast, *ecobags* e pinturas para compartilhamento com a comunidade, bem como para a exposição no referido Circuito de Ciências das Escolas Públicas do Distrito Federal. Os estudantes também produziram sabonetes artesanais para doarem aos participantes do Circuito.

Para a coleta de dados, foram utilizados instrumentos como entrevistas e as produções artísticas. É importante salientar que foram selecionados para a análise apenas os dados obtidos mais representativos em relação ao objetivo explicitado. Com isso, buscou-se destacar os elementos mais representativos, sendo estes

dados discutidos com as referências teórico-conceituais apresentadas (DUARTE, 2004).

## Resultados e discussão

A efetivação da pesquisa evidenciou como a pobreza menstrual afeta a comunidade escolar e externa da região investigada. Por meio dos seguintes relatos, nas entrevistas, é possível notar expressões que explicitam a presença da pobreza menstrual em algum período da vida:

"Sim, minha mãe já teve dificuldade".

"Sim, às vezes falta".

"Na juventude".

"Teve uma época que a entrevistada não teve condições".

"Tenho tudo, mas teve um período que não tive".

"Não, mas já presenciei uma amiga que passou".

"Às vezes porque não é sempre que tenho condições de comprar".

"Sim, às vezes eu ia comprar e estava muito caro".

"Um assunto tão necessário, principalmente com quem não tem condições".

Essas expressões enfatizam a necessidade dessa discussão no ambiente escolar. A precariedade menstrual, além de afetar a saúde física e psíquica de inúmeras pessoas, por não conseguirem controlar a menstruação, muitas evadem, o que evidentemente prejudica seu desempenho escolar. Segundo estimativa da ONU, 10% das pessoas perdem aula quando estão menstruadas (AMARAL, 2020). A extrema precariedade vivenciada por indivíduos que menstruam impossibilita uma vivência digna durante o período menstrual.

Outras transcrições demonstram a importância dos itens básicos de higiene durante esse período: "Evita infecções", "Se não cuidar pode dar infecções". Conforme visto nos relatos anteriores, a falta de acesso a produtos menstruais adequados é um desafio crítico enfrentado por pessoas em países de baixa renda, onde os custos desses produtos podem ser altos. Muitas pessoas são forçadas a recorrer a alternativas insalubres, dentre elas trapos, jornais ou outros materiais inadequados (NERIS, 2020). Esses materiais podem abrigar bactérias e fungos, proporcionando um ambiente ideal para a proliferação de micro-organismos patogênicos. Além disso, a falta de absorção adequada pode resultar em um tempo prolongado de contato entre o sangue menstrual e a pele, aumentando o risco de infecções.

Bocchini (2021) enfatiza que a pobreza menstrual é o reflexo das desigualdades sociais, de gênero e de identidade, por isso é preciso criar espaços de diálogo sobre a Cultura da Dignidade Menstrual, sobretudo nas regiões periféricas em que a vulnerabilidade social é mais pulsante. Assim, torna-se essencial promover programas de conscientização e educação sobre higiene

menstrual, fornecendo informações precisas e recursos para que as pessoas que menstruam possam gerenciar sua menstruação com dignidade, independentemente de suas condições socioeconômicas. A implementação de leis e políticas que garantam o acesso universal a produtos menstruais de qualidade também é fundamental para combater a pobreza menstrual e promover a igualdade de gênero no Brasil.

Dessa forma, após a discussão com a comunidade interna e externa, por meio dos dados apresentados pelas entrevistas, constatou-se a necessidade da construção de intervenções no espaço escolar que favorecessem o diálogo acerca dessa temática, iniciando um debate que valorizasse as vozes, as vivências e as experiências dos sujeitos que ali se fazem presente.

A proposta pedagógica começou com a intenção de discutir qual é a relação com a menstruação, como se sentem, e como se expressam e se referem ao período menstrual, na tentativa de quebrar o tabu no que concerne a esse ciclo.

Esse momento foi essencial, uma vez que forneceu ancores para o desvelamento da questão e, principalmente, para a construção de intervenções pautadas na ação-reflexão-ação. Em grupo, os estudantes produziram diversos materiais em alusão à temática, como pinturas que evidenciavam o sofrimento da pessoa que menstrua e que não possuía acesso a itens básicos de higiene; *ecobags* com frases representativas que articulavam os absorventes a artigos de luxo, considerando a desigualdade social; *podcast* que apresentava uma crítica a vedação pelo Executivo Federal (2019-2022) ao Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual (Lei 14.214, de 6 de outubro de 2021); pinturas em camisetas que enfatizavam a liberdade e a dignidade menstrual; histórias em quadrinhos que retratavam situações de personagens acometidos pelo problema da pobreza menstrual; e mosaicos com imagens representativas (Figuras 1 e 2).

Para além das produções, os estudantes organizaram um espaço, no banheiro, para a doação de absorventes, ação esta que se tornou crucial para o favorecimento da dignidade menstrual na escola. Os absorventes utilizados, na ação, foram oriundos de doações dos professores da escola. Essa intervenção acabou por afetar todas as turmas da escola e os seus diversos setores, uma vez que o grupo de discentes que participou do Circuito de Ciências fez divulgação para toda a instituição acerca das ações, temáticas e dicas para o uso e o acesso a caixa com os absorventes. Essa atuação protagonista dos estudantes, coaduna com Basílio (2022) que, pontua que a dignidade menstrual perpassa além do acesso a itens de higiene menstrual, mas corresponde também à possibilidade de discutir sobre informações científicas sobre a temática.

Figura 1 (A) Estudantes no 11º Circuito de Ciências das Escolas Públicas do Distrito Federal. (B) Caixa com absorventes para a doação



Fonte: Autoras.

Figura 2 – Produções realizadas pelas estudantes: quadros, mosaicos, *ecobags*, caixa com absorventes para a doação e jornal



Fonte: Autoras.

Devido ao sucesso da intervenção, o projeto atravessou os muros do Circuito de Ciências e tornou-se parte integrante do Projeto Político Pedagógico da escola. Atualmente, compõe também a disciplina de Educação em Saúde, matéria presente na grade curricular da instituição que oferta o ensino 100% integral.

## Considerações finais

Afronte toda a intervenção pedagógica realizada, constatou-se que a escola possui um papel fundamental para a conscientização sobre a menstruação, além de ser conteúdo específico da área de Ciências Naturais, que abrange a reprodução humana, merece destaque também por ser uma questão social que impacta diretamente a comunidade. A desigualdade de gênero, a pobreza e a desinformação são obstáculos que podem ser sanados por meio de estratégias, em paralelo, acompanhadas por ações interventivas de educação menstrual.

Motta, Araújo e Silva (2021) afirmam que a desigualdade social favorece o precário acesso aos produtos de higiene menstrual e condiciona os corpos que menstruam a utilizarem artifícios impróprios, repercutindo na saúde, na evasão escolar, no desempenho no trabalho, em constrangimentos e inseguranças. Isto posto, mostra-se necessário a intervenção em todas as esferas do referido problema, principalmente nas escolas, pois são lócus importantes para constantes discussões e a elaboração de projetos de intervenção que visem transformar a realidade. O Circuito de Ciências das Escolas Públicas do Distrito Federal pode

ser uma ferramenta para a ampliação dessa discussão e para reverberação da temática.

Entretanto, é importante salientar que essas intervenções desenvolvidas na escola carecem do apoio de políticas públicas educacionais e de saúde específicas comprometidas com a redução da pobreza menstrual. Muitas escolas públicas estão acometidas ao descaso do Estado, e por mais que ações estejam envoltas por boas intenções, ainda não são suficientes para a erradicação da pobreza menstrual neste meio.

Por fim, entende-se que combater a precariedade menstrual é uma das formas de alavancar rumo à igualdade de gênero e que, desta forma, políticas públicas e sociais neste sentido são de extrema urgência e importância, e a escola como intercessora contribui de maneira eloquente para mudar esse pensamento e proporcionar ações que contribuam para melhorar a realidade de jovens e adolescentes. Assim, é responsabilidade de todos criar um ambiente onde as pessoas que menstruam possam viver suas vidas plenamente, sem serem limitadas ou excluídas devido à pobreza menstrual, uma vez que a garantia desse direito é essencial para promover a igualdade de gênero, a saúde sexual e reprodutiva e o acesso equitativo à educação.

## Agradecimentos

Aos estudantes do Centro de Ensino Fundamental 03 de Planaltina que foram os protagonistas deste estudo, Ana Júlia de Jesus Castro, Alan Alves de Oliveira, Iasmin Costa Carvalho, Kauan Barbosa Fonseca, Susana Raquel Rodrigues e Kethelly Costa. ■

## Referências

- AMARAL, Tabata. **Pobreza menstrual: tabu e preconceito**. Folha de São Paulo. Publicada em: 8 mar. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/tabata-amaral/2020/03/pobreza-menstrual.shtml>>. Acesso em: 21 out. 2023.
- BARBATO, Silviane. **Metodologia de Pesquisa Qualitativa**. Brasília: Editora UnB, 2008.
- BASILIO, Ana Luiza. **Por que a pobreza menstrual deve ser enfrentada como uma violação de direitos humanos**. Rio de Janeiro: Carta Capital, Sociedade, 2022. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/por-que-a-pobreza-menstrual-deve-ser-enfrentada-como-uma-violacao-de-direitos-humanos/>>. Acesso em: 6 jul. 2022.
- BOCCHINI, Bruno. **Lei que garante distribuição de absorventes a alunas é aprovada em SP**. Publicado em: 12 jul. 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-07/lei-que-garante-distribuicao-de-absorventes-alunas-e-aprovada-em-sp>>. Acesso em: 6 jun. 2023.
- CARVALHO, Érica Rios. **A pobreza como engrenagem e consequência fundamentais do capitalismo: o ser humano predicado e o capital sujeito**. Anais – 21ª Semana de Mobilização Científica da UCSal - SEMOC, Salvador, 22 a 26 de outubro de 2018 | ISSN 2448-1858 | 358.
- CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. v. 08. São Paulo: Cortez, 2018.
- DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Editora UFPR. Educar, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.
- GUITARRARA, Paloma. **Pobreza Menstrual**. In: Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/pobreza-menstrual.htm>>. Acesso em: 9 ago. 2022.

LIMA, Ana Isabel Sodré; CARVALHO, Ana Laura Portilho; ARANTES, Ana Paula Barreto; FELTRIN, Brisa Dresden Berchan; SOUZA, Iago Pereira; KREIN, Joana Haab; MACHADO, Laura Cândida de Sousa. Pobreza menstrual entre adolescentes de uma escola estadual de Rio Verde – Goiás. **Investigação, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 12, n. 5, p. e15112541629, 2023.

LIVRE PARA MENSTRUAR. **Pobreza menstrual e a educação de meninas**. Idealizado e realizado por Girl Up, com apoio de Herself Educacional. São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://livreparamenstruar.org/sobre/>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

MOTTA, Ivan Dias da; ARAÚJO, Maria de Lourdes; SILVA, Marcos Alves Da. Por uma política pública educacional nacional de fornecimento de produtos de higiene menstrual. **Revista Direito e Sexualidade**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 189-212, jul./dez. 2021, p. 201.

NERIS, Brenda Borba dos Santos. Políticas fiscais e desigualdade de gênero: análise da tributação incidente nos absorventes femininos. **Revista FIDES**. Natal, RN, v. 11, n. 2, p. 743- 759. ago./dez., 2020. Acesso em: 6 jun. 2023.

UNICEF. **Pobreza menstrual no Brasil**: desigualdades e violações de direitos. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual\\_relatorio-unicef-unfpa\\_maior2021.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_maior2021.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2022.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**, planejamento e métodos. 2.ed. São Paulo: Bookman, 2015.